

**BÉCOT, Renaud; DEVIENNE, Elsa; FOURNIER, Patrick; FRIOUX, Stéphane; MATHIS, Charles-François; RAINHORN, Judith (Eds.). 2023: *Le chemin, la rive et l'usine: faire de l'histoire environnementale avec Geneviève Massard-Guilbaud*. Paris (France), Presses des Mines, 270 pags. ISBN 9782356718754**

Este é um livro de contribuições em homenagem à historiadora Geneviève Massard-Guilbaud (n. 1956) e reflecte em torno do seu legado científico. O livro organiza-se em quatro partes, num total de 13 capítulos, espelhando esse trajecto que começara em 1989 com a publicação da sua tese de doutoramento relacionada com a imigração e presença de argelinos em Lyon, e que se desenrolaria em fases de investigação à volta do tema da água, das poluições industriais e da fusão do elemento urbano com o ecológico. A introdução é dedicada a compreender este percurso historiográfico desde finais dos anos 1980, época em que o contexto político desejava compreender os padrões migratórios e as mobilidades urbanas dos franceses. Os editores demonstram as possibilidades das propostas cronológicas, e evocam exemplos de crises climáticas e de migrações forçadas causados pelas alterações ambientais de origem antrópica. Mais tarde, a historiadora articulou a história da poluição com a justiça ambiental em espaço urbano, e interessou-se pela conflitualidade intrínseca dos grandes projectos tecnológicos de modificação dos ecossistemas (p. 20). As múltiplas dimensões abordadas abririam um novo sentido de oportunidade e utilidade da História no tempo presente (p. 21).

A primeira parte da obra (“Exodus”) traz-nos textos de reflexão acerca dos fluxos de mobilidade dos migrantes. Anne-Marie Granet aprofunda a ligação entre habitar determinados territórios e a convivência com o risco adoptado por parte das populações deslocadas nos Alpes franceses do século XVIII (p. 36).

Emmanuel Dupit convoca toda a complexidade de operação de apoio e abrigo dos prisioneiros de guerra norte-africanos em Lyon que permaneceram em combate na metrópole, a partir daquela região não-ocupada. A segunda parte (“Voies d'eau”) aborda o tema da água. Petra Van Dam estuda a qualidade das águas nos Países Baixos, relevando a forma como a partir do século XVII os canais foram afectados pela multiplicação de habitações e pela poluição de indústrias.. Van Dam argumenta que a extensão dos canais e o afundamento de algumas cidades diminuiu o fluxo natural de água, e que pese a poluição das águas de superfície, novas regras e o aumento do consumo doméstico contribuiriam para a definitiva valorização da água no século XX (pp. 66-71). Stéphane Durand parte do Languedoc no século XVIII para estudar a construção de uma via de navegação artificial em direcção ao Ródano, fundamentando que a divisão de lagoas contribuiu para a perturbação do funcionamento hidrológico e ecológico, e que os sucessivos trabalhos de ordenamento se basearam no acumular de desajustes ecológicos. O artigo, valorizado pelos fundos arquivísticos trabalhados, assinala factores como os erros técnicos de avaliação, a falta de experiência no terreno, ou o aparecimento de doenças (p. 86). O texto de Tim Soens centra-se nas recentes inundações sofridas na geografia do rio Vesdre, defendendo que a naturalização dos espaços fluviais produziu melhores resultados na sua prevenção. Parte do argumento relaciona-se com os desafios colocados pela industrialização e pela multiplicação do risco de cheia ao longo do século XIX (pp. 90-91). A forte expansão industrial familiar terá conduzido ao desaproveitamento das zonas de pastagens na paisagem fluvial, ao aumento da dificuldade da navegabilidade, e à construção de estruturas em leito de cheia, que resultariam no agravamento dos danos materiais (p. 98). Os industriais, prejudicados pelo menor fluxo de água, motivariam a construção da barragem de Gileppe (1878), porém sem o devido nível de controlo e viabilizando catástrofes naturais como a que sucedeu já no século XXI.

A terceira parte (“Trajectoire des pollutions”) traz sínteses ricas ao nível da construção historiográfica da poluição. Thomas Le Roux estuda as razões do afastamento de algumas escolas historiográficas deste tema (p. 111): se a escola norte-americana seria percursora, até pelas questões ambientais envolvidas nos anos 1960,

em França seria necessário esperar por 2010 para a consagração de uma original ideia historiográfica: a de que o decreto de protecção do ambiente, originário do século XIX, seria, na verdade, uma derrota, e um ponto de partida para novas interrogações sobre os modelos de *expertise*, de regulação e de contestação políticas (p. 114). Fabien Bartolotti, Xavier Daumalin e Olivier Raveux traçam a evolução das actividades industriais e portuárias no Mediterrâneo. O processo de industrialização do litoral da Provença mostraria que a ligação entre os empórios marsenheses e os territórios africanos foram capazes de modificar o entorno ecológico, penetrar em lógicas onde a ausência de regulamentações acrescentava valor às operações industriais, e conviver com múltiplas propostas de resistência popular entre o século XVIII e XX (pp. 121-128).

Pablo Corral-Broto disserta acerca da influência do decreto francês de 1810 na legislação dos estabelecimentos classificados em Portugal, Cuba e Espanha. A sua investigação limita-se a regulamentações publicadas para os dois primeiros casos, com pesquisas arquivísticas no caso espanhol (p. 139). Como o autor demonstra, a legislação espanhola evoluiu e acompanhou a formação do estado liberal capitalista, cuja permeabilidade a casos de manifestação e resistência populares estaria patente na conflitualidade com a Rio Tinto. O autor sublinha a ausência documental a nível municipal, o favorecimento do papel do governador civil sobre o do médico em pleno Franquismo, e a desproporcionalidade entre o grande número de queixas e o baixo número de indústrias encerradas. Olivier Saint-Hilaire escreve sobre a herança do acidente industrial ocorrido na Azote Fertilisants (AZF), em Toulouse (2001), inspirando-se em críticas historiográficas para evocar danos materiais e humanos irreversíveis. Mais do que a história da catástrofe, lembra-se a batalha pela memória que se impôs após o encerramento da fábrica na sequência da explosão. O parque memorial, iniciativa do próprio município, evidencia a presença de uma paisagem de memórias selectivas (p. 154). A decisão de transformar a mencionada zona num grande complexo dedicado às biotecnologias e orientado para a luta contra o cancro em 2009, reforçaria ironicamente o vínculo entre a segurança industrial e a saúde. A promessa de despoluição, a constituição de um perímetro verde, e a instalação de uma quinta de painéis solares convocaram uma nova imagética de reconversão, com todos os seus dilemas e paradoxos tão afectos ao património da desindustrialização (p. 166).

A quarta parte (“L'environnement urbain, à la croisée des chemins”) propõe-se interpretar várias questões históricas a partir do entorno urbano. Richard Rodger traça as raízes urbanísticas de Edimburgo e a diversidade de culturas desportivas que dependiam dos seus espaços verdes. À entrada do século XIX, estes viram a sua área aumentada, resultando na pressão urbanística que oscilaria com as episódicas crises financeiras. A solução de aumentar a área rural e incluí-la nos planos municipais faria alargar decisivamente o perímetro da urbe, possibilitando o aparecimento de novas zonas residenciais com bolsas verdes comuns, o *back green* (p. 190). Perto do final da centúria, dado o exponencial desenvolvimento demográfico, a municipalidade comprou largas porções de terra para diminuir a congestão recreativa: o esverdeamento da cidade não foi um processo planeado e teve contributos do mercado imobiliário e arrendatário (p. 195). O artigo de Dieter Schott sublinha a influência de Massard-Guilbaud no estabelecimento de fóruns periódicos dedicados à história ambiental e à história urbana. Discorre ainda acerca do trabalho pioneiro de interpretação dos efeitos da legislação napoleónica de 1810, dos avanços na definição da poluição enquanto tema histórico (p. 200), e dos diversos interesses demonstrados pela historiadora: a temática dos desastres enquanto estímulo para a reforma política e urbana (p. 204); a conquista da natureza no espaço suburbano; a imersão das zonas residenciais em áreas de forte influência industrial; a adulteração da paisagem fluvial e a crítica do domínio tecnocrático nas decisões da gestão territorial (p. 206).

Cristophe Bernhardt discute problemas metodológicos de história urbana ambiental na época contemporânea, principalmente a partir da revisão de dois momentos historiográficos: o decreto imperial de 1810 e a divergência no desenvolvimento citadino entre Paris e Berlim no primeiro quartel do século XX. Quanto ao primeiro, defende-se o seu carácter inovador e transnacional na Europa Ocidental, mas alerta para as originalidades do sistema prussiano de contrapesos a degradações ambientais (p. 212). Quanto ao segundo, o leitor encontrará uma discussão relativa às opções regulatórias sanitárias e construtivas em torno das duas urbes (p. 219). O último artigo, de Sabine Barles, interroga-nos acerca do processo de transição socio-ecológica através de diferentes escalas e geografias, começando por se dedicar à arqueologia da literatura das transições. De seguida, caracteriza a relação entre as sociedades e os seus regimes metabólicos (p.

223) e revê a necessidade de historiografia olhar criticamente para o conceito de transição em duas linhas mestras: por um lado, criticando a narrativa do espírito transitório que se conclui num futuro brilhante, e, por outro, interpretando a quantificação do consumo de energia ao longo dos tempos. A este nível, a abordagem local contribui para alargar o debate, como é exemplo o consumo energético da cidade de Paris

entre os séculos XIX e XX (p. 225), no qual se analisam vários elementos que sugerem um perfil de transição complexo, em que a cidade se mostra em “aceleração” mais cedo do que o país (pp. 227-231).

**José Rafael Soares**

Universidade do Minho – CICS.NOVA.UMinho

[Id854@alunos.uminho.pt](mailto:Id854@alunos.uminho.pt)